



**X ENCONTRO ESTADUAL DO FÓRUM GOIANO DE EJA
DE 02 A 04 DE JUNHO DE 2011
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFG
Goiânia-GO**

*Fórum Goiano de EJA - 10 anos de luta por Políticas Públicas para a EJA:
o que queremos para essa educação?*

Carta Síntese do X Encontro do Fórum Goiano Educação de Jovens e Adultos

Com o ideário de educação como direito de todos e dever do Estado, o Fórum Goiano de EJA vem por esta firmar o compromisso com as instituições parceiras, na busca de superar os desafios neste campo educacional tão carente de decisões políticas e compromisso social. Dessa forma, o Fórum realiza encontros permanentes, debates e ações no âmbito local, regional e nacional que contribuem na qualidade da educação desenvolvida por essa modalidade. São objetivos do Fórum: debater e aprofundar concepções de educação de jovens e adultos; discutir, analisar e intervir na elaboração de políticas públicas e ações voltadas para EJA; articular as instituições envolvidas com essa modalidade; organizar, apoiar e participar de encontros locais, regionais e nacionais na temática de EJA; socializar as informações entre as iniciativas existentes.

Contamos com a participação de diversos sujeitos que constituem e são constituídos pela Educação de Jovens e Adultos, para assegurar a materialização dos objetivos mencionados: educandos, educadores, gestores, instituições superiores de educação, movimentos sociais, serviço social da indústria e conselhos municipais. Todas essas participações reafirmam e fortalecem o compromisso com essa modalidade de educação. Nesse sentido, o Fórum tem procurado dialogar com as esferas Municipais, Estaduais e Nacional a fim de despertar a consciência para a necessidade da valorização da EJA, buscando consolidar a construção de políticas públicas consistentes.

Com o objetivo de concretizar o compromisso social com a EJA, neste X Encontro Estadual aprofundamos as discussões sobre a identidade dessa modalidade educacional no Estado de Goiás e sobre as condições de efetivação do direito à educação de seus jovens, adultos e idosos. Nessa perspectiva, a discussão trouxe um balanço das proposições e encaminhamentos da trajetória dos 10 anos do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, que se traduzem a seguir:

POLÍTICA PÚBLICA

Transformar o PROEJA em política pública, com garantia de recursos públicos, assegurando que a formação integrada traga o trabalho no seu sentido ontológico, marcado por uma formação omnilateral;

Assegurar que a verba pública seja voltada para as instituições públicas;

Governo investir na divulgação da EJA;

Buscar recursos financeiros para subsidiar as políticas de formação, bem como materiais didáticos;

Selecionar o professor que irá atuar na EJA.

Rotatividade de professores e coordenadores dificulta a formação continuada. Faz-se necessário concursos para educadores de EJA;

Garantir uma política pública para a EJA, onde a formação do professor também tem que ser valorizada. Propiciar uma formação e profissionalização adequada deste professor.

Resgatar a discussão feita pela Anped, CNTE, ANDEs-Sindicato Nacional para o Plano Nacional de Educação, sobre educação do campo.

Marcar audiência com o governador e Secretário de Educação para discussão do anteprojeto de Lei que dispõe sobre a Política Estadual de Educação do Campo e o Incentivo Técnico-Financeiro às Escolas do Campo do Estado de Goiás.

Criar políticas públicas municipal, estadual e federal comprometidas com as questões da educação do campo.

Construir uma educação de qualidade, com financiamento para o campo.

Coletar dados estatísticos da realidade do Campo hoje;

Necessidade de uma política pedagógica estruturada para EJA nas Prisões inserindo a profissionalização como preconiza a LEP – Lei de Execução Penal n. 7210/84;

Ampla divulgação e participação das entidades e instituições responsáveis pela educação nos presídios (SUSEPE/SSP-GO, SEDUC e Municípios que atuam com a EJA nas prisões);

Organizar um projeto de curso de EJA sem aligeiramento (caráter de suplência já extinto desde 2000 para os cursos de EJA – Parecer Jamil Cury), mas que garanta os tempos necessários à aprendizagem do educando;

Garantir espaço e profissionais para atendimento adequado dentro da unidade escolar no noturno, para acolhida dos filhos ou netos dos educandos da EJA, respeitando os preceitos legais de acordo com as questões de atendimento a crianças e adolescentes.

Maior comprometimento da equipe gestora com o acompanhamento do processo pedagógico;

Oferecer horários alternativos para os idosos;

Formar parcerias com setores da saúde, como por exemplo projetos para a visão;

Garantir turmas específicas de EJA, nos asilos, com propostas específicas

Garantir um tempo maior na educação dos idosos, para que haja a construção de conhecimentos, com vistas a atingir a memória de longo termo;

Garantir o avanço a qualquer época do ano, de acordo com a aprendizagem diagnosticada (garantida por meio da avaliação processual, diagnóstica, formativa);

As secretarias (e o administrativo destas) precisam rever o conceito de evasão e passar a trabalhar com as categorias: afastamento temporário e afastamento definitivo, considerando as questões de doenças, trabalho, familiares (justificadas).

O outro segmento que recebe o aluno da EJA precisa ter um olhar acolhedor, que compreenda o perfil e o processo de aprendizagem desse educando;

Organização de projetos que garantam o atendimento ao idoso em espaços e horários alternativos (ex. extensão de uma escola);

Pensar projetos alternativos para idosos que desejam um espaço educativo, mas não dar

continuidade à sua escolarização (educação ao longo da vida);

Acompanhamento mais sistematizado para as turmas de alfabetização;

Mais suporte para os coordenadores do Brasil Alfabetizado;

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Constituir grupos de estudo com monitoria/professor de apoio.

Garantir a continuidade da escolarização sem cair no caráter compensatório.

Utilizar-se da monitoria na sala de aula para atender às dificuldades dos alunos e trabalhar com a diversidade de níveis em sala de aula

Parceria das Redes Municipal e Estadual com o IFG no oferecimento de Cursos de Especialização em EJA e Profissionalização, não somente em Goiânia, mas em outras cidades;

Realizar cursos de formação para os trabalhadores da educação que abordem o tema: educação e trabalho;

Assegurar a formação dos educadores da EJA para as novas tecnologias;

Mais investimento em formação inicial e continuada;

Formação específica para alfabetizadores de EJA;

Garantir nos cursos de formação inicial e continuada de professores nas instituições de ensino superior disciplinas que discutam sobre a EJA: quem é o aluno jovem, adulto e o idoso; seu perfil, metodologias adequadas.

Secretarias, governo federal e o Fórum, garantir formação continuada dos professores para atuarem na EJA, que entre outros aspectos ajudem a pensar o perfil do educando, as dificuldades de aprendizagem, a questão geracional na EJA.

Criar políticas de capacitação para profissionais da educação para formação étnico-racial;

Firmar parcerias e criar projeto de assessoria destinado a palestras com conhecimento na temática;

Criar grupos de estudo a distância – on line;

Falta divulgação, da pouca formação que se oferta, por parte dos sistemas de ensino;

Oficinas semestrais, com duração de 40 horas, para Progressão Horizontal, com estudo, reflexão, troca e produção de material didático, sob o apoio das instituições que se envolvem com a EJA;

Jornada pedagógica anual de EJA, com o apoio das Secretarias de Educação;

Garantir a formação continuada dos professores a partir das necessidades dos mesmos;

Garantir na formação o trabalho com projetos, tema gerados, eixos temáticos numa perspectiva interdisciplinar; sobre legislação (formas de organização da EJA, avanços);

Ter cursos que abordem sobre gênero e sexualidades e de como tratar estas questões na escola na escola;

Trabalhar com a formação de professores, principalmente em relação à inclusão;

Os cursos de formação continuada devem partir de temas propostos pelos educadores, considerando os problemas vivenciados na prática;

Discutir a questão da evasão escolar na formação de professores, para que haja o conhecimento, a adesão e a permanência do aluno na EJA;

As formações têm que ser para a escola como um todo: a partir da merendeira, da auxiliar de serviços gerais, professores;

Ter cursos a partir da escuta e necessidade dos professores para saber qual o conteúdo a ser trabalhado na formação;

Contemplar nos currículos das licenciaturas e da Pedagogia discussões sobre a EJA;

Os estágios oferecidos pelas universidades devem se voltar, também, para as turmas da EJA;

Formação antes de o professor iniciar o trabalho na EJA;

Criar cursos de formação voltados para as novas tecnologias;

Universidades devem criar cursos de graduação para formação de educadores de EJA, inclusive para educadores populares;

Universidades participarem mais nos eventos que debatem a EJA;

Universidades contribuírem com cursos, simpósios, debates e assessorias para EJA;

As universidades devem orientar pesquisas para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade para a EJA;

Universidades/faculdades oferecerem cursos de graduação e extensão (formação continuada) aos profissionais (professor, coordenador, gestor, secretário).

Na universidade é fundamental a aproximação entre teoria e prática, sendo a escola a base prática para reflexão teórica: por ex. a evasão escolar que é um problema presente na EJA (e que não envolve apenas as questões pedagógicas, mas inúmeros outros aspectos), então focar em como atacar a questão da evasão escolar – como a questão pedagógica está se dando, onde estamos falhando? Por que o aluno está saindo da escola? Como o ensino pode contribuir, a partir de uma formação do professor, para diminuir a evasão no que se refere contexto pedagógico?

É fundamental que as universidades tomem a escola/sala de aula como o grande laboratório base para estudo, reflexão teórica e recriação do espaço pedagógico;

Garantir condições para planejamento coletivo na EJA (sistemas);

Formação inicial e continuada que contemple as necessidades dos sujeitos, respeitando a pluralidade cultural e a diversidade: campo, negros, carcerária, outros;

Criar curso de licenciatura permanente para educação do campo na UFG;

Ampliar a oferta de formação de professores para atuar na EJA no campo;

A Universidade deve propor uma extensão popular para atender as populações do Campo;

Criar uma extensão popular nas Universidades, identificando os projetos sociais;

Formação de professores para atuar na Educação em presídios;

Necessidade de ampla interação das EJA's existente no sistema penitenciário para troca de experiência e conquistas de benefícios, tanto para reeducandos como para os professores; Mais Seminários, Fóruns, Palestras e capacitação nos municípios onde há a EJA nas prisões/

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Que a Rede Municipal e a Rede Estadual pesquisem com os alunos, quais são as suas necessidades / interesses em relação à formação profissional;

Discussão/reflexão em relação ao tipo de profissionalização que queremos para a educação profissional: formação do professor, currículo, qualidade, diretrizes, como integrar formação profissional e escolaridade;

Ampliar o número de vagas e diversificar os cursos de PROEJA.

Garantir qualificação profissional focada no idoso e no adulto;

EJA COMO DIREITO E MODALIDADE

Que a EJA se materialize enquanto modalidade reconhecendo sua especificidade referente ao sujeito: o aluno-trabalhador;

Assegurar o cumprimento da legislação em defesa dos direitos do aluno-trabalhador, para

que possa ter tempo de trabalho e tempo de estudo na escola.

Promover ações visando a continuidade dos estudos do educando.

Em função da longevidade e do direito à educação, os sistemas de ensino necessitam de preparar para proporcionar o atendimento à escolarização do idoso, considerando a acessibilidade e suas especificidades (dificuldades de locomoção, visão, audição), o que demanda, entre outros aspectos: atendimento em locais próximos, adequação do espaço físico (rampas, corrimão, carteiras, iluminação etc.); articulação intersetorial (secretarias/ministérios), com vistas ao atendimento à visão, audição que interferem diretamente na aprendizagem do idoso;

Não transferir os alunos problemas do diurno para o noturno;

PRINCÍPIOS E CONCEPÇÃO DA EJA

Dar à modalidade de EJA um fundamento epistemológico centrado no Trabalho e voltado para a emancipação dos trabalhadores para além do sistema sociometabólico do capital;

Que se compreenda o trabalho enquanto atividade de condição humana para que a EJA possibilite ao educando a leitura do mundo do trabalho, para que este se localize e seja capaz de intervir na realidade;

Estabelecer metodologias que busquem a formação integral por meio de componentes de contextualização com a prática;

Promover o diálogo entre a Economia solidária na concepção ampliada de mundo do trabalho.

Discutir o mundo do trabalho a partir do trabalho do professor e do trabalho do aluno;

Conhecer nossos alunos e seus objetivos, responder aos seus anseios.

Ter compromisso com a EJA de qualidade: considerando os sujeitos, alunos, trabalhadores; planejamento; aulas de qualidade; condições de trabalho; materiais didáticos adequados.

A EJA do ensino formal, aproximar-se mais dos princípios e do trabalho da educação popular.

ESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL

Que as secretarias facilitem a aquisição do laboratório de física, química e biologia para as escolas, desemperrando o acesso a esse material;

Necessidade de infraestrutura: salas, bibliotecas, multimeios e laboratórios para a EJA;

Reestruturação física do espaço de educação.

VALORIZAÇÃO / APOIO AO TRABALHO DOCENTE

Valorizar o trabalhador da educação com melhores condições de trabalho.

Assegurar e respeitar os direitos dos trabalhadores da educação

Valorizar e buscar a participação de todos os trabalhadores da educação, inclusive os administrativos das instituições escolares.

Direito a Periculosidade: Risco de vida;

Apoio psicológico aos Professores e Administrativos na escola;

Acompanhamento de agente prisional junto às aulas;

Garantir na carga horária de trabalho reunião para planejamento da educação no sistema;

MATERIAL DIDÁTICO

Lutar pela construção de material didático regional e específico ao público atendido.

Assegurar a construção de material didático que trata do mundo do trabalho de forma integrada à educação básica, sob a perspectiva da formação omnilateral.

Adquirir e/ou elaborar materiais didáticos na temática como suporte para profissionais de educação;

Material didático próprio, adequado à EJA.

Compra de material didático específico para EJA escolhido pelo professor;

Assegurar recursos financeiros para aquisição de material didático-pedagógico para professores e educandos da EJA;

Produzir material didático específico para EJA, trabalhando na perspectiva interdisciplinar.

Necessidade de produção de material específico para essa educação (material didático);

PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM/CURRÍCULO

Haver nas salas de aulas práticas pedagógicas que proporcionem atividades e materiais de acordo com os níveis e ritmos diferentes de aprendizagem; sem infantilização do processo de ensino;

Organização de propostas curriculares que considerem o tempo necessário para que o aluno da EJA aprenda (sem aligeirar, especialmente no caso do idoso);

Colocar no currículo disciplinas e conteúdos que interessem aos idosos;

Conhecer as necessidades e expectativas dos educandos, em relação ao mundo do trabalho.

Concepção de currículo que realmente atenda a realidade da EJA, que surja das necessidades vividas pelos educandos e educadores.

As propostas pedagógicas de EJA devem se pautar numa abordagem sócio-interacionista, de formação integral do ser humano.

Pautar a questão do Currículo e a produção do conhecimento na EJA: o que ensinar, como ensinar, e para que ensinar considerando a diversidade do educando e as contribuições históricas da EJA;

Garantir o conhecimento da proposta curricular de EJA do 1º e 2º segmentos (sistemas);

Incluir uso de computadores e outras novas tecnologias no projeto político pedagógico da escola, como recurso pedagógico e não definindo a prática do professor.

Fomentar a cultura de que o aluno não vai aprender “apenas” ler e escrever, mas que a aprendizagem aborda diversos saberes, numa perspectiva interdisciplinar.

Contemplar a diversidade do campo no processo de ensino-aprendizagem dos educandos, nos aspectos educacionais, culturais e outros.

Criação de currículo para EJA no campo, nos assentamentos e nas turmas especiais como cadeias, asilos, casas de recuperação, com propostas específicas de trabalho para esses grupos.

O Currículo das Escolas do Campo deve valorizar a cultura camponesa;

Divulgar e defender as Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;

DIVERSIDADE/ EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSÃO

Ter diagnósticos médicos para alunos das escolas (CID);

Ter apoios nas salas de aulas, pessoas especializadas, capazes de dar apoio aos professores e alunos especiais;
Mapear e incentivar pesquisas relacionadas as questões etnicorraciais – e repassar a todas as unidades escolares;
Promover ações para repensar e ou combater o racismo, principalmente, na escola.

FÓRUM E MOVIMENTOS SOCIAIS

Mobilizar a sociedade civil (entidades filantrópicas, estudantes, intelectuais, professores, Fóruns etc.), os governos para fazer a EJA acontecer;

Fortalecer o Comitê Executivo de Educação no Campo.

Apurar os assassinatos de camponeses.

Popularizar a lista da CPT sobre a relação de pessoas ameaçadas de morte.

Cobrar da SEDUC um posicionamento claro em relação ao Projovem Campo.

Criar condições para que os pequenos produtores possam produzir para gerar renda por meio de cooperativas, associações.

Fortalecer o Comitê de Educação do Campo do Estado de Goiás (CECEG).

Garantir a EJA no campo, nos assentamentos e nas turmas especiais como cadeias, asilos, casas de recuperação, com propostas específicas de trabalho para esses grupos.

Criar escolas no/do campo na própria comunidade, pois transporte escolar não é solução para educação do campo.

Trabalhar a pedagogia da alternância.

Ampliar a discussão sobre a educação do campo.

Desconstruir concepções discriminatórias sobre os povos do campo.

Manter a identidade do camponês por meio de uma educação diferenciada.

Na manhã do dia 04/06/2011 foi realizada a PLENÁRIA FINAL. Começamos a manhã com Contadores de história e causos. Na sequência Márcia fez alguns esclarecimentos sobre a organização do nosso X Encontro Estadual, os desafios cotidianos, nossas condições, parcerias e apoios estabelecidos com o SESI, Restaurante Universitário e Economia Solidária na expectativa de melhor acolher e atender os participantes do X Encontro Estadual do Fórum de EJA. Em seguida, houve a socialização das reuniões dos Fóruns Regionais, já constituídos e daqueles em fase de organização. Enfatizou-se o Portal www.forumeja.org.br/go como instrumento de articulação entre os fóruns. Socialização dos desafios, denúncias e proposições e encaminhamentos das Rodas de Conversas. Márcia esclareceu sobre o I EREJA, previsto para 19 a 21 de junho de 2011, afirmando o objetivo de aprofundar a compreensão acerca das fragilidades e potencialidades que caracterizam a Região Centro-Oeste e fortalecer o intercâmbio entre os representantes dos segmentos que compõem os Fóruns de EJA, com vistas a construir e efetivar alternativas para melhoria da EJA ofertada na Região Centro Oeste. Em seguida falou sobre XII ENEJA que também acontecerá nesse ano, mês de setembro. O objetivo desse encontro nacional é discutir sobre as políticas públicas de EJA, com vistas a construir e efetivar alternativas para melhoria da EJA ofertada no Brasil. Márcia esclareceu sobre a composição da delegação e em seguida passou para consolidação das duas delegações, para EREJA e ENEJA. Na sequência passou para leitura do documento síntese e aprovação do mesmo, para ser entregue aos dirigentes de EJA das redes municipais e estadual, conselhos municipais e estadual e universidades. Composição da Mesa Oficial.

Equipe de relatoria: Cláudia B. Costa, Dinorá de Castro Gomes, Esmeraldina dos Santos, Helimar Vieira, Maria Emilia de Castro Rodrigues, Márcia P. Melo.